

Mais uma jornada histórica na Alesp

Audiência pública lota auditório e governo Alckmin é denunciado por manipular dados e burlar a LDO

Auditório Franco Montoro lotado por servidores públicos, a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa realizou na manhã de quinta-feira, 16/6, a sexta e última audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. Foi, certamente, uma nova jornada histórica para aqueles que defendem o aumento das verbas para a educação pública. Os participantes da audiência pública denunciaram o governo Alckmin por subestimar receitas orçamentárias, manipular o ICMS e burlar leis que ele próprio apresenta.

Quando a audiência teve início, apenas três deputados encontravam-se no local: José Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto e Mário Reali (ambos do PT). Foi explicado que o deputado Edmir Chedid (PFL), relator da LDO, precisou deslocar-se para Brasília, em missão oficial. Posteriormente, outros deputados integraram-se à mesa, entre eles Ana Martins (PCdoB) e Carlinhos Almeida (PT).

O presidente da Comissão abriu os trabalhos explicando que as cinco audiências anteriores foram realizadas no interior e litoral (em Campinas, Sorocaba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Santos). Ele criticou o governo estadual por sua decisão de não realizar audiências públicas da LDO neste ano.

Abertas as inscrições para intervenções, nada menos do que 25 pessoas solicitaram a palavra, número que Crespo considerou “recorde” na série de audiências realizadas. Nem todos os presentes eram ligados à educação. Havia representantes do movimento social (especialmente de Diadema) e sindicalistas dos setores de saúde e da polícia científica.

Centro Paula Souza

O debate foi precedido por uma detalhada explanação de Antonio Tuccilio, assessor técnico da Alesp, sobre a LDO. Ele argumentou que não é possível alterar a lei incluindo novos programas.

A presidenta do Sinteps, Neusa Santana Alves, foi a primeira a falar. Ela denunciou a difícil situação do Centro Paula Souza (Ceeteps) e apontou

algumas saídas que poderiam garantir, na LDO, maior alocação de verbas: 1) buscá-las na rubrica “Outras verbas”; 2) retirar os gastos com a Febem da rubrica “Educação”, uma vez que se trata de ação social; 3) diminuir as isenções fiscais concedidas pelo governo. Neusa pediu aos deputados que apoiem a emenda que garante repasse de 2,1% da cota-parte do ICMS

do Estado para o Ceeteps.

Manifestou-se em seguida a presidenta do Sindicato dos Peritos Criminais, Maria Márcia, que impressionou ao realizar um forte ataque à idéia de que não é possível alterar a LDO. “A LDO é uma vergonha”, afirmou, reivindicando que as prioridades sejam menos genéricas. Para ela, esta lei não acompanha as determinações do Plano Pluri-Anual (PPA). Segundo Márcia, os peritos criminais vêm sendo submetidos a um trabalho “desumano, escravo”, realizando 600 mil perícias por ano.

André Furlan, do Centro Acadêmico da Fatec São Paulo, protestou contra a “incrível expansão” das Fatecs, que ele classificou como “pura propaganda política”, e reivindicou a aprovação da emenda que garante maiores recursos para o Ceeteps. “Os laboratórios estão em pandarecos e professor com doutorado ganha 12 reais por hora”, disse o estudante.

O coordenador do Fórum das Seis, professor Milton Vieira, lembrou a necessidade de garantir-se a universidade pública e de qualidade para as gerações futuras, e criticou a subestimação de receitas praticada pelo governo: “Temos superávit no final de toda gestão, e nem sempre ele é destinado para áreas de interesse”.

A professora Maria Aparecida Moysés, da Adunicamp, defendeu que os desembolsos em saúde, educação e outras áreas têm que ser considerados in-

continua na p. 2



Funcionários da USP presentes na audiência pública, no Auditório Franco Montoro

TÁ NA HORA DE SE MEXER!

○ GOVERNADOR NÃO PODE VETAR NADA NA LDO.

○ QUE GANHAMOS AGORA, ASSIM SERÁ EM 2006.

Presidente do Cruesp reforça pedido por mais verbas

vestimentos e não gastos. Para ela, é preciso haver “ações efetivas da Assembléia Legislativa para que o Governador não possa continuar burlando a LDO que ele próprio propõe”. A professora afirmou que as universidades vêm sofrendo “bitributação”, na medida em que cabe a elas arcar com a folha dos aposentados mas o governo não deixa de recolher 13% a título de contribuições.

O reitor Marcos Macari, da Unesp, presidente do Cruesp, que havia chegado após o início dos trabalhos e foi convidado a fazer parte da mesa, pronunciou-se a seguir. “As universidades, como já foi dito aqui, têm um grande papel na geração de conhecimento, e nós, reitores, entendemos que o oferecimento de mais recursos, para atender à demanda social, que esse é o grande papel da universidade pública, se faz necessário”. Aumentar o número de vagas das universidades públicas e gratuitas, acrescentou, é “atender aos anseios da sociedade paulista”.

Macari referiu-se ao recente processo de expansão das universidades, “que necessita de consolidação de qualidade”, e do Centro Paula Souza, “vinculado estatutariamente à Unesp”, e que “tem também esse anseio [de aumento de vagas] tanto nas ETES quanto nas Fatecs”.

A seguir, o professor João Chaves, da Unesp de Assis, lembrou o papel dessa universidade na distribuição de renda e no desenvolvimento regional. Dado o “aporte insuficiente de recursos”, destacou o papel dos deputados na luta para evitar o sucateamento das universidades públicas estaduais, que representam “um patrimônio do povo do Estado de S. Paulo”.

Privatização

O professor Otaviano Helene, ex-presidente da Adusp, referindo-se ao problema da pri-

vatização do ensino superior no Brasil, destacou que a situação é ainda mais grave no Estado: em São Paulo, as universidades públicas estaduais e federais oferecem apenas 4% das vagas em cursos de graduação. “É o maior padrão de privatização do mundo”, protestou.

O professor Américo Kerr, presidente da Adusp, lembrou que há uma deficiência histórica de recursos para a USP, Unesp e Unicamp, e que a expansão desordenada só agrava esse quadro. “O governo deixa a conta da Previdência para as universidades pagarem”, assinalou. Criticou o descaso do governo estadual para com a evasão fiscal. O professor Kerr observou ainda que, com o

decreto 48.034, “o governo rebaixou a base sobre a qual ele calcula o repasse para as universidades, concedendo isenção para ele mesmo”.

Magno Carvalho, do Sintusp, declarou que é funcionário da USP há 28 anos, e nunca viu a instituição em tamanha situação de penúria. Além de citar os baixos salários dos funcionários, deu um exemplo de como a falta de verbas afeta o ensino: “Quando entrei na ECA, os alunos produziam filmes. Hoje falta película para filmar”. Informou que, desde o início da década de 1980, a USP perdeu 3 mil funcionários.

O professor Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp,



Presidente da Adusp defende aumento de verbas (acima). Professor Macari, presidente do Cruesp, manifesta-se na audiência pública (ao lado).



Confira as propostas que apresentamos à Alesp

1. Promulgação de Lei destinando, no mínimo, 9,57% da receita de impostos do Estado para as universidades estaduais.

2. Emendas à LDO :

a) Emenda de 11,6% e 10,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza;

b) Emenda destinando mais recursos públicos à Educação, em todos os níveis e modalidades: no mínimo 33% da receita de impostos. Cabe lembrar que a receita de ICMS é menos do que 90% da receita de impostos, que é a base atualmente utilizada para o cálculo dos atuais 30% para Educação em geral. Assim, mesmo que 11,6% da quota-parte do ICMS do Estado sejam destinados às universidades estaduais, a passagem para 33% da receita de impostos significará um aumento no investimento destinado ao Ensino Fundamental e Médio estaduais;

c) Emenda supressiva do Art. 29 do Projeto do Executivo que impõe o pagamento da parte patronal do IPESP sob pena de haver desconto na fonte deste montante dos repasses às universidades. Como sabemos, o pagamento dos aposentados está incluído nos atuais 9,57% destinados às universidades, sem contribuição alguma do executivo em relação à conta da Previdência. Mais este desconto, além do da habitação, inviabilizaria a operação da USP, Unesp e Unicamp.

d) Emenda ao Art. 4 do projeto do Executivo, que trata do repasse de verbas às Universidades Estaduais, garantindo o não desconto do montante da habitação, que este ano é de R\$ 790 milhões, correspondendo a cerca de 2% da parcela do ICMS destinada à USP, Unesp e Unicamp.

foi o último representante de entidade a falar. Dirigindo-se aos deputados, declarou que o Fórum das Seis tem disposição de diálogo para fazer a negociação avançar em torno das emendas. Observou que o fato de a reivindicação expressar-se na forma de percentual (11,6% ou 10,6%) protege-a da subestimação de receitas repetidamente praticada por Alekmin.

Sobre o decreto 48.034, acrescentou que ele produz uma perda de receita estimada em 4%, com impacto negativo dessa ordem em todas as verbas vinculadas.

Falam os deputados

Ao longo das intervenções do plenário, os deputados manifestaram-se sobre a LDO. Ana Martins levantou o problema da privatização do ensino superior, que já atinge 90% das vagas no Brasil: “Não teremos justiça social se não garantirmos acesso da população às universi-

“Base alienada” de Alckmin falta às audiências públicas

dades públicas”. A deputada prestou uma informação muito importante: o Governador não pode vetar a LDO.

Mário Reali lembrou que a subestimação de receitas é da ordem de 6% ao ano. Destacou a decisão da Comissão de Finanças e Orçamento de realizar uma série de audiências públicas, notando que é inaceitável que o governo faça audiências públicas *on line*, ou seja, pela Internet. E reforçou a importância de que o movimento social organizado compareça na votação do relatório da LDO pela Comissão.

Enio Tatto criticou o secretário Martus Tavares, do Planejamento, que defendeu as audiências virtuais. Tatto informou que a subestimação de receita levou a um excesso de arrecadação de R\$ 20 bilhões em apenas seis anos. “Ele [Alckmin] faz o que ele quer, põe onde quer, além da margem de 17% que tem para remanejamento do orçamento”. Segundo o deputado, o governo estadual precisa ser mais duro com os sonegadores. “Em 2004, a dívida tributária que não é cobrada che-

gou a R\$ 68 bilhões”.

“Falta espírito democrático aos tucanos”, declarou o deputado Carlinhos Almeida, comentando o boicote às audiências públicas. Além disso, ele vê falhas na LDO: “As PPPs não estão detalhadas. E o governo, que alega que não pode dar reajuste salarial para não ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal ao conceder redução de 17% para 12% para a indústria de cerâmica, sem informar os impactos dessa renúncia fiscal no orçamento”.

Ao final, o deputado pefelista Crespo, que na condição de presidente da Comissão coordenou a audiência, fez um comentário surpreendente em resposta à intervenção de Alexandre Filho, diretor do Sintusp, que havia criticado a ausência dos deputados governistas.

Crespo declarou-se governista, tendo sempre apoiado os governos de Covas e de Alckmin. Explicou que até março deste ano os governistas formavam um só bloco. Porém, de março para cá, com a



Deputado Caldini Crespo (ao centro) preside audiência pública da Comissão de Orçamento da Alesp

eleição do novo presidente da Assembléia Legislativa (deputado Rodrigo Garcia, do PFL), há três grupos na casa, segundo ele: a Oposição, formada principalmente pelos deputados do PT; um grupo de Situação “com autonomia”, formado pelos deputados do PFL; e um grupo de Situação formado pelos deputados do PSDB, que ele chama de “base alienada” do governo.

Por isso, Crespo deu razão a

Alexandre quanto à ausência de muitos deputados governistas: “A base alienada não compareceu a nenhuma das audiências públicas da LDO”, disse o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, criticando assim asperamente os deputados do PSDB.

Fazendo autocrítica a seu passado de “deputado submisso”, Crespo foi além, ao referir-se à mudança ocorrida em março deste ano: “Achamos

que era hora de dar um basta. Não estamos atrelados ao governo. Não somos prepostos do Palácio dos Bandeirantes”. O deputado do PFL foi muito aplaudido após o que ele mesmo chamou de “desabafo”.

Crespo deu ainda uma orientação aos manifestantes: que continuem a comparecer à Assembléia Legislativa, visitando os gabinetes dos deputados e marcando presença na votação do relatório.

Fundação Seade desrespeita seus próprios trabalhadores

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) vem descumprindo uma série de direitos trabalhistas, denunciam os ex-funcionários da autarquia Luís Fernando Venegas e Márcio Bárbio, demitidos por motivos políticos. Eles faziam parte de uma comissão eleita pela assembléia geral dos funcionários para negociar as suas reivindicações com a diretoria da fundação.

O não-cumprimento de reajuste salarial na data-base (janeiro) tornou-se frequente na instituição, que é a responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego

(PED), realizada em parceria com o Dieese e em cuja coleta de dados trabalhavam os funcionários demitidos.

Os trabalhadores ainda lutam pelo pagamento do reajuste salarial de 7,5%, acertado no início do ano. Em 2004, fora acertado em acordo coletivo um reajuste de 10%, mas a fundação concedeu apenas 8%, em outubro, retroativos a maio.

No final de abril passado, os funcionários organizaram uma manifestação em frente ao prédio da instituição. Venegas relata que os coletadores da PED sofreram pressões para não participar do

ato. Na quarta-feira seguinte (4/5), ele recebeu a carta de demissão, com a data de 2/5, assinada pela diretora executiva Felícia Madeira. E não recebeu nem o pagamento devido pelos questionários preenchidos entre 1/5 e 4/5.

Manifesto

Num manifesto de desagravo, elaborado por alguns funcionários, é exigida a recontração dos colegas demitidos e relata-se que “dos cerca de 40 coletadores [de dados], mais de 10% estão em licença médica, alguns por depressão!”. Essa situação, argumentam, seria decorrência do assédio moral

exercido pelos superiores.

Afinal, faz 3 meses que foi determinada aos coletadores de dados a realização de uma quarta visita às fontes pesquisadas. Isso, relata Venegas, sobrecarregou o trabalho dos coletadores. Em média, eles passaram a trabalhar até 60 horas por semana, sendo que em contrato estavam previstas, aproximadamente, 44 horas semanais.

A Fundação Seade também possuía trabalhadores contratados em regime precário, ou seja, fora do previsto pela CLT. Cerca de 90% dos coletadores de dados da PED estavam nessa situação. Assim, o Ministério

Público ingressou na justiça com duas ações exigindo a correção da situação, o que ocorreu em 2003, com a realização de concurso. Porém, os aprovados só foram contratados após julho de 2004 e recebem 30% menos do que os contratados anteriormente.

A Adusp enviou um ofício à Fundação Seade, com cópia para o Dieese, mencionando os fatos ocorridos. “É inaceitável que uma instituição que coleta informações justamente sobre emprego, desemprego e informalidade nas relações de trabalho resista a tratar com justiça e equidade os seus funcionários”, diz o documento.

Novo Fundo, velhos problemas...

PEC do Fundeb exclui crianças de zero a 3 anos do segmento da educação básica

O Ministro da Educação entregou na Câmara Federal, no dia 14/6, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera o atual sistema de financiamento da educação no Brasil. Propõe-se que o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (conhecido como Fundef) seja substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O MEC alega que a ampliação do Fundo para abranger toda a educação básica ao invés de somente o ensino fundamental representará um ganho para todos.

No entanto, foi uma surpresa para as entidades nacionais a constatação de que a PEC exclui, sumariamente, a educação infantil de zero a três anos de idade do segmento da educação básica para a utilização dos recursos previstos para o Fundeb.

Sindicatos, movimentos sociais, entidades acadêmicas e também diversas personalidades estão organizando manifestações e atos em defesa do direito à educação das crianças pequenas.

O Fundeb prevê aumento do percentual de 15%, dos recursos vinculados à educação — hoje destinados, exclusivamente, ao ensino fundamental — para 20%, mas agora destinados à educação pré-primária, ao ensino fundamental (incluída, agora, a educação de jovens e adultos) e ao ensino médio, de forma gradativa, até atingir os 20%, nos próximos quatro anos, após a eventual aprovação da PEC.

Duração do ensino

Foi apresentado pelo MEC projeto de lei prevendo ampliação obrigatória da du-

ração do ensino fundamental, de oito anos para nove anos. O Ministro da Educação alegou que esta pode ser uma alternativa viável para que as crianças pobres possam ter um ano a mais de escolaridade fundamental.

A posição defendida pelo Ministro não é consensual entre os educadores, pois

muitos alegam que as escolas de educação infantil são mais adequadas para esta faixa etária, considerando-se, também, que somente cerca de 9% das crianças, hoje matriculadas no ensino fundamental, têm menos de sete anos de idade.

Um terceiro (e polêmico) projeto foi apresentado

pelo Ministro da Educação no Congresso, através de Medida Provisória: o que cria as “Escolas de Fábrica”, possibilidade aberta para que as empresas — quaisquer empresas — possam criar “cursos profissionalizantes”, chamados de formação profissional básica, para estudantes de baixa renda, com duração de

600 horas, distribuídos em 3 módulos: 120 horas para “reforço escolar”, 120 horas para temas transversais para formação do cidadão e 360 horas para formação profissional, das quais 60 horas em aulas práticas. Cada aluno receberá uma bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 150, durante todo o curso.

CARTA

Aparência e realidade: uma experiência de avaliação externa

*Personam tragicam forte vulpes viderat:
“o quanta species” inquit “cerebrum non habet”
Fedro, séc. I a.C.*

(Uma raposa viu por acaso uma máscara de teatro:
“ó quanta aparência”, disse, “mas não tem cérebro”).

Na página da USP na internet está assinalada em vermelho uma novidade introduzida pela Comissão Permanente de Avaliação: são as avaliações por assessores externos à USP. Não é por certo novidade pessoas de fora da USP constituírem essas comissões; já aconteceu no passado. Nova, aparentemente porém, é a sistemática do processo. Como aspecto saliente, estabelece o documento intitulado “Segundo Ciclo de Avaliação Acadêmica da USP, junho de 2003”: “O processo de Avaliação Interna deverá ser descentralizado, participativo, contínuo e permanente; ter caráter ativo e não punitivo; focalizar a instituição e não o docente; ...” (o grifo é meu). Essas proposições, sem dúvida, fazem eco a históricos anseios da Adusp.

Entre o projeto e sua realização há, no entanto, um longo percurso, e é necessário procurar conhecer e analisar a experiência à medida que se põem em prática essas avaliações. Seria altamente

conveniente, pois, que todas as pessoas envolvidas no processo procurassem refletir e opinar sobre o seu desenvolvimento, de acordo com o caráter participativo enfatizado pela Comissão Permanente.

Este é um relato de um caso concreto:

Em dezembro de 2004 vieram três avaliadores externos, indicados pela Comissão Permanente de Avaliação, ao Departamento de Bioquímica e Imunologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Após entrevistarem todos os docentes do departamento e terem à sua disposição todas as informações sobre a estrutura e atividades do departamento (inclusive a total disponibilidade da secretaria para qualquer informação adicional), realizaram um parecer conforme roteiro estabelecido pela Comissão Permanente.

Nessa avaliação, além da superficialidade com que trataram de questões acadêmicas, sem dar a devida atenção à abrangência do trabalho universitário em todas as suas

atividades-fins, nem apreciar com adequada compreensão a natureza das disciplinas ministradas pelo corpo docente, assumiram a imprópria e desautorizada iniciativa de ir mais além: fizeram, segundo seus limitados critérios, avaliações pessoais de docentes do departamento, indicando-os nominalmente o que lhes era vedado pelo regulamento oficial.

Ao apresentarem de *moto proprio* apreciações pessoais sobre alguns docentes, não apenas transgrediram proibição explícita, mas ousaram exceder-se em comentários difamatórias da imagem profissional desses professores, sem atender ao respeito ético. Incorreram até em apresentar falsa afirmação de fato referente a assunto sério sobre atividade docente, a respeito da qual tinham sido convenientemente informados (o que já foi motivo de denúncia oficial à Reitoria). De forma extravagante, chegaram a sugerir, com a

expressão oblíqua “facilitar a aposentadoria” (como se isso fosse possível!) que o departamento acaso assumisse, por algum expediente coercitivo, a indigna atitude de induzir alguns docentes a se aposentarem.

Esse é o resumo do resultado de uma avaliação externa. Como se vê, foi muito mais que inútil simplesmente pernicioso. Um exemplo que não corresponde em nenhum aspecto aos bons propósitos da Comissão Permanente de Avaliação.

Sendo experiência única, certamente não se pode generalizar. Mas é preciso não desprezá-la ou escondê-la, pois seria até estímulo à reiteração; é necessário refletir sobre ela e adotar as providências para que não se repita e sejam reparadas suas nefastas conseqüências. Isto é imprescindível para que não fiquemos apenas com a *aparência* elegantemente formalizada nos regulamentos.

Bernardo Mantovani
Professor da FMRP

Estatutos de fundações vinculam seus cargos de conselheiros e diretores aos cargos da USP

Ministério Público Estadual começa a apurar denúncia feita pela Adusp

A Promotoria de Fundações da Capital enviou à Adusp ofício 896/2005, de 10/6, solicitando que “apresente, querendo, manifestação detalhada” referente ao procedimento investigatório instaurado a pedido da entidade, relativo a estatutos de fundações “de apoio” atuantes na USP que vinculam, ilegalmente, os cargos dessas instituições privadas aos cargos públicos da universidade, gerando conflito de interesses (vide *Informativo Adusp* 185).

Entre as instituições privadas cujos estatutos vinculam os seus próprios cargos diretos (em conselhos curadores e em diretorias executivas) aos cargos de direção e de chefia das unidades da USP “apoiadas” encontram-se a Fafe, Fipefarma, Fundespa, Fumvet, Fundecto, Fupam, FCTH, Fundação Vanzolini (FCAV), Fundação Otorrinolaringologia (FO-FM) e Fundação Zerbini (FZ).

Em alguns casos a vinculação é bastante direta. A Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) estabelece, no artigo 15 do estatuto, que o diretor do Instituto Oceanográfico da USP (IO) é o *presidente nato* do conselho curador. Os seis membros que completam o conselho são dois indicados pelo diretor do IO, dentre seus docentes; dois representantes da Congregação do IO; e dois docentes da unidade indicados por seus departamentos.

No §1º do mesmo artigo está a observação: “o mandato do membro do conselho curador a que se refere o inciso primeiro deste artigo” (que trata do presidente) “coincidirá com a duração do pres-

suposto de investidura de seu titular”. Isto é, terminado o mandato do diretor do IO, ele deixará automaticamente o posto de presidente do conselho curador — cedendo-o ao novo diretor da unidade.

Também o estatuto da Fundação Instituto de Pesquisas Farmacêuticas (Fipefarma), que atua na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, define, no artigo 16, que o conselho curador “será composto de nove membros (...) o Diretor da FCF/USP, cinco membros do corpo docente da FCF/USP, um professor da USP externo à FCF/USP”, além de dois membros externos à USP. No artigo 17, o estatuto determina, ainda, que os mandatos dos conselheiros curadores e da diretoria da unidade deverão coincidir.

Na Fundação Medicina Veterinária (Fumvet), o conselho curador conta com nove membros: o diretor da Faculdade de Medicina Veterinária, três membros do corpo docente da unidade e cinco membros externos. A indicação de tais membros é feita pela Congregação e pelos docentes, reza o estatuto, que — tal como o da Fundespa — estabelece obrigações não só para o diretor, mas também para o principal colegiado da unidade.

Caso semelhante é o da FCAV, cujo estatuto dispõe, nos artigos 8º, 9º e 10º, que a renovação do seu conselho curador caberá ao corpo docente do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica.

Empresas estatais

Na Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecno-

lógico da Odontologia (Fundecto), o estatuto estabelece o conselho curador como órgão normativo, deliberativo e de controle da administração, composto por nove membros com mandato de quatro anos. O §1º do artigo 16, que trata da renovação do conselho, define: “A indicação dos membros substitutos daqueles cujo mandato expirou será feita pelo Conselho Interdepartamental da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo-USP”.

Outro caso curioso é o da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), que, além de incluir no conselho curador dois representantes do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica (o chefe do Departamento e um professor indicado pelo conselho departamental), reserva vagas desse mesmo conselho curador para representantes de empresas estatais, que são também clientes da fundação; e, ao fazê-lo, estabelece obrigações tanto para as presidências das respectivas empresas como para o Secretário estadual de Obras e Meio Ambiente.

Isto pode ser verificado no artigo 10 do estatuto da FCTH, que descreve a constituição do conselho curador nos itens a seguir: “e) um representante das empresas estatais da Área de Energia do Estado de São Paulo (CESP, CPFL, Eletropaulo, Comgás), indicado pelas presidências das mesmas, com um mandato inicial de 2 (dois) anos e mandatos subsequentes de 4 (quatro) anos; f) um representante das empresas estatais da Área de Meio Ambiente e Saneamento do Estado de São

Paulo (Sabesp e Cetesb), indicado pelo Secretário de Obras e do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com um mandato inicial de 2 (dois) anos e mandatos subsequentes de 4 (quatro) anos”.

O estatuto da Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam) prevê um mandato de seis anos para os membros do conselho curador, com renovação, a cada dois anos, de um terço dos conselheiros. Tal renovação cabe à Congregação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, conforme o §1º do artigo 10: “A indicação dos membros para a renovação do terço será feita pela Congregação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo”. Além disso, o §2º estipula: “Nos casos de vacância de cargos do conselho curador, a Congregação (...) indicará seus novos ocupantes, até o fim do mandato de dois anos”.

Prestação de serviços

Um aspecto relevante do conflito de interesses gerado pela atuação das fundações é que, se por um lado vetam formalmente a remuneração de seus diretores — como no exemplo da Fundação Zerbini, artigo 7º: “É vedada a remuneração e a distribuição de lucros, bonificações ou quaisquer vantagens a Diretores e Conselheiros, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas por este Estatuto” — por outro lado abrem a possibilidade de tais dirigentes virem a receber por serviços prestados, como se constata a seguir: “§ 1º: A proibição contida neste artigo não significa para o Diretor ou Conselheiro

incompatibilidade de prestação de serviços profissionais à Fundação Zerbini, distintos das funções estatutárias inerentes ao cargo de Diretor ou de Conselheiro, desde que a contratação seja tecnicamente recomendável, a preço de mercado e tenha prévia aprovação do Conselho Curador”.

Dispositivos semelhantes são encontrados nos estatutos de diversas fundações. Em 2000, por exemplo, o conselho curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) aprovou a “prestação de serviços profissionais à Fipe por membros do conselho curador, Diretoria e Secretaria Executiva, de acordo com o § único do Artigo 7º de seu estatuto”, “desde que não contrariem os objetivos estatutários da Fipe”.

Na representação encaminhada ao Ministério Público Estadual, a Adusp observa que “o cargo do agente público não pode estar associado, bem como as suas atividades, a fundação de apoio” e que tal prática é coibida tanto no Estatuto dos Servidores Públicos como nos atos normativos da própria USP, incorrendo o servidor que a adotar em ato de improbidade administrativa.

A Adusp solicitou a instauração de inquérito civil público para apuração dos fatos descritos, pois o exercício paralelo de cargos cria situações de grave conflito de interesses entre o público e o privado, impedindo que as autoridades da USP encarregadas de fiscalizar a atuação das fundações “de apoio” (reitores, diretores, chefes e outros) cumpram adequadamente esse papel.

Lançada a campanha “Democratização da USP”

Quem tem medo de diretas para Reitor?

8 de junho de 2005, quase duas da tarde. No auditório da História, uma faixa afixada na parede direita à platéia continha essa pergunta, já espalhada em cartazes pela universidade. Sentados à mesa, representantes da Adusp, APG, DCE e Sintusp, além de docentes convidados, lançaram, junto com as outras 100 pessoas presentes, a campanha Democratização da USP, organizada pelas quatro entidades, e responderam à pergunta que evidencia a atual estrutura de poder daquela que é a “universidade mais autoritária do país”.

O objetivo da campanha é a convocação de uma Assembleia exclusiva e soberana para redigir um novo estatuto para a USP que inclua, entre outras medidas democratizantes, a realização de eleições diretas paritárias para Reitor. Atualmente, o Reitor da universidade é eleito em dois turnos por colegiados muitos dos quais compostos majoritariamente por professores titulares, incluindo diretores e vice-diretores indicados pelo Reitor. A decisão final da lista tríplice a ser enviada ao governador é feita pelo Conselho Universitário (Co), que, por incrível que pareça, participa também da votação anterior de constituição da lista de oito nomes indicada no primeiro turno.

O professor Fábio Konder Comparato, da Faculdade de Direito, um dos integrantes da mesa, adverte que “não é o fato de elegermos diretamente o Reitor que vai fazer com que o ocupante do cargo seja responsável perante a comunidade”. Para tanto, ele faz uma comparação com a estrutura de poder do país. O professor Comparato cita a atual estrutura institucional da República, que permite ao Presidente agir de maneira diferente dos

compromissos assumidos com seus eleitores, e menciona como exemplo o governo Lula.

“É preciso que haja alguns mecanismos de controle”, argumenta. Além da eleição, com representação equitativa das três categorias, numa adaptação à “realidade social da universidade”, teria que haver ouvidorias, eleitas por cada uma das categorias. Os ouvidores controlariam e denunciariam atos dos que exercem o poder. “A democracia não é apenas a eleição daqueles que exercem o poder. É também, e sobretudo, a fiscalização dele”.

País desigual

O professor Chico de Oliveira respalda a proposta de controle apresentada pelo professor Comparato e disse ser surpreendente que, no Brasil, um país desigual e permeado pelo paternalismo, tenha surgido um sistema de universidades públicas, laicas e gratuitas. “É pela ampliação dessas três qualidades que o movimento de democratização deve lutar”, propõe. Para ele essas conquistas estão ameaçadas, já que há uma tendência à privatização da universidade, constatada com a existência das fundações “de apoio” a diversas unidades da USP.

Outro indício de ameaça ao caráter público da universidade seria o fato de os movimentos sociais pouco se preocuparem com ela, na medida em que muitas vezes está indiferente às demandas deles. “Nenhum movimento de democratização da universidade terá êxito se ele não reaver, resgatar, refazer sua ligação visceral com a sociedade”.

“A universidade se depara cada vez mais com a necessidade de responder às demandas da sociedade”, afirma a professora Wrana Panizzi, ex-reitora da Universidade Fe-



A campanha foi lançada no auditório da História, em 8 de junho

deral do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ex-presidente da Andifes. Ela aponta a necessidade de a instituição participar da discussão de um “projeto de nação” para o Brasil. “O administrador [da universidade] tem que ter a capacidade de juntar todo esse potencial das três categorias para fazer com que a universidade pública seja gratuita e de qualidade e que contribua estrategicamente para o desenvolvimento soberano da nação brasileira e da sociedade como um todo”, completa o professor Américo Kerr, presidente da Adusp.

O professor Comparato vê um problema duplo na USP. Em primeiro lugar, uma carência institucional, já que a universidade apresentaria uma estrutura inadequada para que exerça suas funções e enfrente os desafios propostos pela sociedade. Também haveria uma ausência de estrutura que produza um “espírito comunitário”. Ele diz que cada indivíduo e categoria tende a seguir seus



Professores Chico de Oliveira e Wrana Panizzi



Professor Fábio Konder Comparato



Professora Maria Victória

Fotos: Daniel Garcia

Objetivo é a convocação de uma Estatuínte soberana

próprios interesses. Mas o resultado é que “nós estamos nos dando as costas uns aos outros”, levando a universidade à paralisia.

A fim de movimentar a instituição, ele propõe a criação de um Conselho de Desenvolvimento Universitário, composto por representantes das três categorias. “A função desse conselho seria a elaboração de um plano trienal de desenvolvimento da universidade”, definindo aplicação de recursos, investimentos, linhas de pesquisa, entre outras metas necessárias ao funcionamento e atualização da instituição. Tais decisões, diz, deveriam contar com a participação direta de toda a comunidade universitária.

“A democracia é pressuposto para o funcionamento de uma universidade pública”, diz Rodolfo Vianna, diretor do DCE. O resultado da atual estrutura de poder na USP, argumenta, é o atendimento das demandas do mercado, em detrimento dos demais grupos da sociedade, pois não há espaço para que projetos de universidade sejam discutidos.

Meritocracia

Sem dúvida, a democratização da universidade num sentido amplo passaria pela revisão dos métodos de acesso a ela. Para a professora Maria Victória Benevides, da Faculdade de Educação, o momento é propício para se discutir cotas para negros a fim de se colocar “a questão em seus devidos termos”. Ela argumenta que, embora seja necessário

melhorar a qualidade dos ensinamentos fundamental e médio, as conseqüências de tal melhoria só seriam sentidas progressivamente, “devido ao déficit acumulado”. Assim, uma geração inteira teria que esperar

discriminação ocorre cada vez mais porque nós nos acostumamos, desde crianças, a não vermos negros em posições consideradas de prestígio e de reconhecimento social”.

“Nós queremos uma uni-

ra, numa referência ao ilustre professor de Geografia falecido em 2002, sendo bastante aplaudido pela platéia.

Dário Neto, representante da APG no ato, concorda com a professora Benevides

homens nos principais cargos da universidade, o que remeteria à questão de gênero.

Já o professor Kerr contesta a idéia de que o poder deva estar concentrado nas mãos dos professores titula-

res: “O mérito vem do conjunto da coletividade”. Magno de Carvalho, representante do Sintusp, denuncia: “A relação elitista está em todos os lugares”, e relata haver docentes que tratam os funcionários como se fossem seus empregados. A propósito: na sala em que ocorrem as reuniões do Co, os três representantes dos funcionários sempre ocupam a última fileira de cadeiras.

É um preconceito corrente no mundo acadêmico brasileiro. A professora Panizzi relata que, quando reitora da UFRGS, ouvia argumentos de que escutar as entidades representativas de alunos, funcionários e professores corresponderia a uma “prática corporativa”. Mas isso, aponta a docente, é necessário, já que as metas da universidade devem ser discutidas com os indivíduos que compõem a comunidade.

Depois do lançamento da campanha, representantes da Adusp, APG, DCE e Sintusp foram até a Reitoria para encaminhar ofício propondo a discussão, em reunião extraordinária do Co a realizar-se em setembro próximo, de diretas para Reitor e Estatuínte.

Fica a pergunta: quem tem medo da democratização da USP?

Ribeirão Preto e Piracicaba em 1º de junho



Professor Benedito Machado, ao microfone, e professora Elenice Varanda no Ato realizado no campus de Ribeirão Preto (acima), com a participação de uma centena de pessoas (ao lado)



Reunião realizada no campus da Esalq, em Piracicaba



para cursar a universidade.

“A questão de cotas para negros não visa resolver somente um problema social. Visa enfrentar um problema político-cultural de discriminação”, argumenta. Ela prossegue: “A

universidade policrômica como a sociedade brasileira”, afirma a professora Benevides. “Encher de Miltons Santos esses auditórios e essas classes: essa é a nossa tarefa”, sentencia o professor Olivei-

quanto à necessidade de políticas de ação afirmativa na universidade. Ele aponta que a meritocracia na universidade tem cor: “Essa meritocracia é branca”, fustiga. Cita também a predominância de

Conjuntura favorece nossa luta para emendar a LDO

Presidente da Assembléia Legislativa recebeu Fórum das Seis e Reitores na mesma reunião

O resultado da intensa mobilização do Fórum das Seis e das atividades realizadas na Alesp na primeira quinzena de junho confirma: estamos diante de uma conjuntura *muito favorável* às nossas reivindicações de mais verbas para a educação e em particular para as universidades públicas estaduais e o Centro Paula Souza (Ceeteps).

No dia 14/6, lotamos novamente o Auditório Franco Montoro da Alesp, enquanto o Fórum das Seis e os Reitores negociavam com deputados que ocupam postos-chave naquela casa.

Foi a primeira vez, na história do Cruesp, em que os Reitores acompanharam o Fórum das Seis numa negociação por maiores repasses para as universidades, em audiência com o presidente da casa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), que se fez acompanhar dos deputados Edmir Chedid (PFL), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e José Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Também participaram da reunião os deputados Roberto Engler (PSDB), ex-relator da LDO, Ricardo Trípoli (PSDB), líder do governo, Maria Lúcia Prandi (PT), presidente da Comissão de Educação, Renato Simões (líder do PT), Valdomiro Lopes (PSB), Maria Almeida (PFL) e Said Mourad (PFL).

O reitor da Unesp, professor Marcos Macari, presidente do Cruesp, o reitor da Unicamp, professor José Tadeu Jorge, e o vice-reitor da USP, professor Hélio Nogueira da Cruz, manifestaram seu apoio às emendas à LDO de 2006 apresentadas pelo Fórum das Seis, que aumentam de 9,57% para 10,6% e de 9,57% para 11,6% da cota-parte do ICMS o repasse para as universida-

des públicas estaduais. Enfatizaram o peso negativo do chamado “passivo atuarial” gerado a partir da autonomia, em 1989, e que coloca crescentes problemas financeiros para as instituições. O professor Tadeu informou que em 1988 a Unicamp tinha apenas 2,5% de seu orçamento comprometido com aposentadorias, e hoje desembolsa 20%.

O Fórum, representado por seu coordenador, professor Milton Vieira (Adunesp), e por representantes da Adusp, Adunicamp, Sintusp, Sintunesp, STU e Sinteps, insistiu no fato de que o repasse de 9,57% não impacta integralmente as contas do Estado, pois o Imposto de Renda dos servidores e os 13% recolhidos para a Previdência retornam para o governo estadual, havendo ainda outras perdas de receitas das universidades (por exemplo, as provocadas pelo decreto 48.034); na necessidade de combate à evasão fiscal, que corresponde a 50% do que poderia ser arrecadado, segundo admite o próprio governo estadual; e apontou as distorções da expansão desordenada do Ceeteps e das universidades, que vem sendo feita sem o devido financiamento. O aumento de recursos pleiteado pelo Fórum poderá, desta forma, viabilizar o futuro das universidades e do Ceeteps.

O deputado Chedid descartou a possibilidade de aumento imediato do repasse de 9,57% para 11,6%, mas considera ser possível atingir um valor intermediário, dependendo da pressão que vier a ser feita. O relator da LDO e o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento instaram os representantes do Fórum a trabalhar pela mobilização em torno das emendas.

“Ninguém será pego de surpresa com a votação de



Presidente da Assembléia recebe Cruesp e Fórum das Seis em seu gabinete

algum requerimento em plenário”, afirmou o deputado Garcia, presidente da Alesp, comprometendo-se com uma tramitação democrática da LDO, em contraponto à prática dos últimos anos. “Temos depois de oito anos um novo relator. Isso de certa maneira oxigena o debate, podemos ter uma peça de LDO mais adequada à realidade”, completou.

Houve, portanto, uma mudança importante em relação ao quadro vivido em 2004, não só no ambiente político da Alesp, mas também na disposição dos Reitores de brigar por maiores recursos. Desta vez, são os próprios deputados responsáveis pela tramitação da LDO 2006 que recomendam: “Mobilizem-se!”

Cabe a nós, agora, levar a luta adiante com fôlego redobrado, para não deixar passar a hora. Não deixe de participar das próximas jornadas!

